

AGU orienta governo a não pagar R\$ 4,2 bi em emendas

Medida foi anunciada após Dino liberar parte do valor, com ressalvas

Por Gabriela Gallo

Após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino autorizar a liberação parte dos recursos de emendas de comissão, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou um parecer nesta segunda-feira (30) orientando o governo federal a não pagar os R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão. Segundo o parecer, é imprudente o governo liberar os recursos enquanto não há uma “interpretação mais segura” da decisão do ministro da Suprema Corte. Ou seja, orientou o governo a manter a suspensão dos pagamentos das emendas até que seja feito um esclarecimento judicial.

“Não obstante a dúvida razoável, mostra-se, neste momento, prudente adotar-se a interpretação mais segura da decisão, no sentido de que, ao menos até ulterior esclarecimento judicial, não estão ressalvados os empenhos das emendas de comissão objeto do Ofício n. 1.4335.458/2024, ainda que anteriores a 23/12/2024 e ainda que em destinados à saúde”, declara o documento.

O ministro do Supremo atendeu ao pedido e, na noite desta segunda-feira, determinou que a Advocacia-Geral da União comprove a imprescindibilidade de R\$ 370 milhões em emendas de comissão para cumprir o piso constitucional da Saúde. Segundo Dino, os órgãos precisam comprovar essa imprescindibilidade “objetivamente” e “com números”.

Antes da determinação da AGU, o governo já havia empenhado (reservado) R\$ 1,775 bilhão dos R\$ 4,2 bilhões bloqueados, de acordo com a Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto. Vale lembrar que empenhar não significa efetivamente pagar, mas sim re-



Dino determina que AGU comprove imprescindibilidade de emendas para saúde

servar recursos para, no futuro, repassá-lo para obras, programas sociais e outras atividades.

Entenda

No dia 23 de dezembro, Flávio Dino determinou ao poder Executivo a suspensão do pagamento de 5.449 emendas de comissão, que totalizam R\$ 4,2 bilhões. O ministro alegou que os repasses se enquadraram como irregulares por não terem tido registro formal ou aprovação prévia das comissões da Câmara, suspensas de 12 a 20 de dezembro. Ele ainda requisitou a instauração de um inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar a liberação da quantia pela Câmara sem a chancela dos colegiados.

A execução das emendas foi solicitada ao governo por meio de um ofício da Câmara com a assinatura de 17 líderes partidários, após as novas regras que buscam trazer maior transparência e rastreabilidade para repasses das emendas parlamentares serem sancionados pelo Executivo – apesar do Judiciário ter considerado as me-

didadas insuficientes para resolver o problema.

O novo bloqueio de Dino desagradou parlamentares, já que os recursos já estavam previstos para serem entregues até o final do ano. Com isso, no dia 27 de dezembro, a Câmara dos Deputados encaminhou ao Supremo um recurso esclarecendo sobre as emendas de comissão, solicitando que Dino revogasse a decisão.

Na manifestação, a Câmara afirmou que as emendas foram devidamente aprovadas e argumentou que a interrupção de serviços públicos essenciais, especialmente na área da saúde, geravam preocupação.

“Não procedem os argumentos de que a deliberação das emendas de comissão é oculta ou fantasiosa, já que está detalhadamente documentada nos autos, com publicação ampla na internet. Tampouco há ‘verba nova’, não deliberada pelos colegiados competentes”, afirma o documento.

Dois dias depois, no último domingo (29/12), Dino acatou parcialmente o pedido: estão liberadas a execução das emendas

de comissão empenhadas até 23 de dezembro de 2024, que foi a data em que o magistrado determinou o bloqueio dos repasses. Ele também autorizou a movimentação dos recursos de emendas já depositados nos fundos de saúde municipais até 10 de janeiro de 2025. Após este prazo, somente poderá ser movimentada a verba se estiver em conta específica para a emenda correspondente.

Apesar de ter liberado parcialmente as emendas, Dino classificou o caso como “balbúrdia”. “Ao examinar as petições apresentadas pela Câmara dos Deputados no dia 27 de dezembro, às 19h50, verifiquei o ápice de uma balbúrdia quanto ao processo orçamentário —certamente inédita”, afirmou o ministro. “O devido processo legal orçamentário não comporta a ‘invenção’ de tipos de emenda sem suporte normativo”, completou.

Ele ainda deu ao Senado dez dias úteis para responder se houve alguma solicitação de emendas de comissão sem a apresentação de atas e patrocinadores dos repasses.

Senado tem recurso para liberar emendas de comissão negado

Por Gabriela Gallo

Além da Câmara dos Deputados, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou, nesta segunda-feira (30), o bloqueio de emendas de comissão do Senado. Porém, ele permitiu a liberação de emendas que já tenham sido empenhadas (reservadas) até 23 de dezembro de 2024, desde que não tenham relação com o documento dos líderes. A decisão do ministro foi uma resposta a um pedido do Senado, encaminhado ao STF ainda na segunda-feira, que solicitava a liberação dos recursos.

Tal como a Câmara dos Deputados e cumprindo o prazo de dez dias determinado pelo magistrado, o Senado encaminhou os esclarecimentos relativos às emendas de comissão ao Orçamento. No documento, a advocacia do Senado argumenta que foram “observadas rigorosamente as determinações constantes das decisões do Supremo” determinando condicionantes para o restabelecimento da execução orçamentária das emendas parlamentares.

Segundo o documento, o procedimento incluiu a aprovação das emendas no processo orçamentário de 2024 por meio das comissões e a indivi-



Câmara e Senado tem recursos negados

dualização das emendas, com a discriminação dos entes destinatários e os nomes e códigos de cada parlamentar solicitante – os quais foram enviados ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e ao ministro da Casa Civil, Rui Costa.

“Logo, o que se depreende é que o Senado Federal observou o procedimento previsto segundo as normas vigentes para a efetivação das aludidas emendas de comissão, o que deve importar na promoção dos empenhos respectivos, cujo prazo se encerra amanhã, 31 de dezembro de 2024, ressalvados even-

tuais impedimentos de ordem técnica”, declara o documento.

“Ad argumentandum, embora a Lei Complementar 210/2024 em tese não deva alcançar a execução do orçamento de 2024, mas tão-somente o de 2025 em diante, caso Vossa Excelência a entenda como aplicável ao procedimento atual, pugna-se para que os empenhos orçamentários sejam autorizados, condicionando-se o consequente pagamento à aprovação das individualizações pelo colegiado das comissões, imediatamente após o recesso parlamentar”, complementa.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Flávio Dino abraça Lula ao deixar o governo

Parecer da AGU reforça suspeita de deputados

A decisão da Advocacia-Geral da União de recomendar ao governo o não pagamento das emendas de comissões encaminhadas pela Câmara azedou de vez o humor de muitos deputados com o Palácio do Planalto.

Ao pendurar os R\$ 4,2 bilhões, a AGU reforçou a ideia de que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, faz uma tabelinha com o presi-

dente Lula (PT) em torno do tema das emendas.

Essa avaliação tinha perdido força nas últimas semanas, diante da tentativa do Planalto de encontrar uma saída que garantisse o presentão de Natal para os deputados.

Mas o parecer da AGU reforçou antigas desconfianças. O advogado-geral da União, Jorge Messias, foi nomeado pelo presidente da República.

Aposta

O tamanho do problema para o Planalto só será avaliado em fevereiro, quando o Congresso Nacional retomar seus trabalhos já sob nova direção, nas duas casas. O governo aposta que saída de Arthur Lira (PP-AL) da presidência da Câmara facilitará sua vida.

Prioridade

Lira deverá dar lugar a Hugo Motta (Republicanos-PB) que, na avaliação palaciana, não é um trator como o atual presidente. O problema é que o tema das emendas é prioritário para a grande maioria dos deputados, que não vão deixar o assunto em banho-maria.

Lula Marques/Agência Brasil



Presidente do Senado evitou conflitos por emendas

Alcolumbre deverá dar mais trabalho que Pacheco

No Senado, a situação é oposta. Criticado por seus pares por sua moderação, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) será substituído na presidência por Davi Alcolumbre (União-AM).

Como já demonstrou em sua passagem anterior pelo cargo, Alcolumbre tem uma atuação mais efetiva na defesa de interesses dos senadores,

uma espécie de presidente de sindicato.

O Senado, que via de longe a briga da Câmara com o STF, foi obrigado por Dino a entrar na história. Ontem, já encaminhou um pedido de liberação das verbas.

Como a coluna mostrou ontem, no dia 18, 11 líderes da Casa pediram o pagamento de 307 emendas.

A mira de Lira

O caso das emendas acentuou as diferenças entre Pacheco e Lira. Não foi à toa que documento da advocacia da Câmara encaminhado a Dino ressaltou que o Senado adotara o mesmo procedimento dos deputados. Com isso, Lira botou a outra Casa na mira do STF.

Temor

Outro ponto que tira o sono de diversos parlamentares é a decisão de Dino de determinar que a Polícia Federal passe a investigar a concessão e aplicação de emendas parlamentares. Temem que uma apuração centralizada faça muitas vitimas no Congresso.

Boeing 1

Ouvindo pela coluna, um especialista em segurança aeronáutica enumerou questões importantes sobre o acidente com o Boeing 737-800. Diz que o problema no motor pode gerar falha no acionamento hidráulico do trem de pouso, mas que havia outras alternativas.

Boeing 2

O mecanismo poderia ter sido baixado por um sistema elétrico e por um terceiro, manual. Não é incomum também que espuma seja jogada na pista para amenizar o pouso sem as rodinhas. Mas ele frisa: não podia haver muro no fim da pista. Resta esperar a caixa-preta.